



Ficha relativa ao Programa de Desenvolvimento Rural para Portugal Continental 2014-2020

O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) para Portugal Continental foi formalmente adotado pela Comissão Europeia em 12 de dezembro de 2014, e define as prioridades de Portugal no que respeita à utilização de 4,2 mil milhões de EUR de fundos públicos, disponíveis para o período de 7 anos de 2014-2020 (3,5 mil milhões de EUR do orçamento da UE e 0,7 milhões de EUR de cofinanciamento nacional). Destinando-se mais de um terço do financiamento a **melhorar a competitividade do setor agrícola**, o PDR visa garantir investimentos a mais de 8 000 explorações agrícolas, facilitar a instalação de cerca de 5 000 jovens agricultores até 2023 e assegurar 20 000 lugares de formação, destinados principalmente aos agricultores. Neste contexto de modernização e de desempenho económico e ambiental melhorado da agricultura portuguesa, haverá igualmente lugar para projetos de cooperação, para o que se incentivarão mais de 8 000 produtores a participarem em regimes de qualidade. Um outro tema importante é o da melhor gestão dos recursos naturais. Nesta perspetiva, o PDR tem por objetivo apoiar cerca de 20 000 novos hectares de terras florestadas e aumentar para cerca de 1 milhão de hectares a superfície agrícola abrangida por regimes agroambientais ou pela agricultura biológica. O PDR deve também utilizar 5 % dos fundos em iniciativas locais, aspirando com isso à criação de mais de 2 300 novos empregos e à melhoria das condições de vida de 3/4 da população rural.

O desenvolvimento rural é o 2.º pilar da política agrícola comum. A este título, os Estados-Membros recebem fundos da UE para gerir, a nível nacional ou regional, programas plurianuais cofinanciados. No total, estão previstos 118 programas nos 28 Estados-Membros. O novo regulamento relativo ao desenvolvimento rural para o período 2014-2020 aborda seis prioridades económicas, ambientais e sociais, e os programas contêm metas claras, que estabelecem os objetivos a alcançar. Além disso, com vista a melhorar a coordenação das ações e maximizar as sinergias com os outros Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEIE) foi estabelecido um acordo de parceria com cada Estado-Membro, que evidencia a sua estratégia global para os investimentos estruturais financiados pela UE.

O presente documento apresenta um breve panorama do modo como os desafios e as oportunidades que se colocam em Portugal são abordados pelo PDR para o continente. O quadro do anexo indica as prioridades e os domínios de intervenção, com os respetivos objetivos específicos, e o orçamento que lhes foi atribuído. Futuramente, serão adotados dois outros programas, para a Madeira e os Açores.

Agriculture
and Rural
Development

1. SITUAÇÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS

Portugal tem uma área de 89 089 km², dos quais **81% se encontram em zona rural**. Da superfície total, 47 % são constituídos por terrenos agrícolas e 39 % por florestas. A população total é de 10 milhões, dos quais **33 % vivem em zonas rurais**. A taxa de desemprego em Portugal é de 13,1 % (3.º trimestre de 2014), uma das mais elevadas na UE.

A agricultura portuguesa é muito variada devido às diferentes características pedológicas, climáticas e paisagísticas; 91 % das explorações agrícolas são consideradas estruturas de pequena dimensão, em contraste com as explorações de média e grande dimensão, que representam apenas 9 % do número total das explorações, mas representam 67 % da superfície agrícola utilizada (SAU) e 77 % do valor da produção-padrão total. Por conseguinte, alguns dos desafios principais para o período de programação consistirão em melhorar a competitividade das pequenas explorações agrícolas, promover uma melhor cooperação e a concentração – incentivando as organizações de produtores, por exemplo-, e, ao mesmo tempo, continuar a apoiar a renovação das gerações, que se impõe.

Quase 52 % da SAU representam sistemas agrícolas de elevado valor natural e 84 % da SAU são considerados de baixa intensidade, com quase 58 % dedicados à pastagem. Outro grande desafio residirá, por conseguinte, em apoiar este tipo de agricultura extensiva, que, embora menos produtiva, é altamente benéfica para o ambiente.

Portugal realizou grandes esforços no domínio do ambiente nos últimos dois períodos de programação, mas continua a haver margem para realizar progressos. A biodiversidade e as zonas da rede Natura 2000 são uma preocupação, tendo em conta que a rede Natura 2000 representa 21 % do território.

O aumento do êxodo rural e do envelhecimento da população constituem um problema em Portugal, cujos efeitos negativos são cada vez mais sentidos pelas regiões rurais.

2. RESPOSTA DO PDR PORTUGUÊS A ESTES DESAFIOS

A prossecução da modernização da agricultura portuguesa é crucial para melhorar a competitividade das explorações agrícolas. **As explorações serão apoiadas** a fim de aumentarem a sua capacidade de produção, o que contribuirá para obter um maior valor acrescentado. Da atual fragmentação agrícola e da baixa implantação das organizações de produtores decorre claramente a necessidade de incentivos para se alcançar **um elevado grau de participação dos agricultores na organização coletiva**. Dado que a renovação das gerações é um fator determinante para a modernização e a competitividade das explorações agrícolas, o apoio ao investimento continuará a incentivar os jovens a criarem novas empresas agrícolas, modernas e competitivas.

Um dos principais objetivos do PDR é contribuir ainda mais para a preservação dos recursos naturais e das paisagens culturais, com base no sucesso obtido pelos regimes anteriores, e criar novos regimes. Por exemplo, existem medidas para aumentar a **eficiência na utilização da água** nas explorações agrícolas, tanto em termos de investimento como das práticas agrícolas, e que, simultaneamente, determinam o aumento das taxas de ajuda para os cereais de sequeiro, com o objetivo de criar condições favoráveis para as aves de estepes nas planícies do sul do país. Portugal pretende **melhorar a gestão da biodiversidade, da água e dos solos** através do apoio a práticas de gestão respeitadoras do ambiente, que deverão também criar condições favoráveis para a proteção de espécies ibéricas específicas (lobo ibérico e lince ibérico).

Além disso, o **desenvolvimento local de base comunitária** (DLPC/Leader) deverá apoiar um desenvolvimento territorial equilibrado das economias e comunidades rurais, criando postos de trabalho e melhorando as condições de vida nessas zonas.

O PDR português articula-se em torno de cinco prioridades de desenvolvimento rural, com a tónica no **reforço da viabilidade das explorações agrícolas e na competitividade de todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, e na promoção de tecnologias agrícolas inovadoras e de uma gestão sustentável das florestas** (prioridade 2). Está previsto que o apoio do PDR em termos de investimento alcance cerca de 8 000 explorações agrícolas e incentive a instalação de cerca de 5 000 novos jovens agricultores. A tónica de cada prioridade é sucintamente explicada em seguida.

A prioridade transversal «Transferência de conhecimentos e inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais» ajudará as explorações agrícolas e as empresas rurais a integrarem os resultados da investigação e da inovação nos seus sistemas de produção. A transferência de conhecimentos deve fazer-se através da formação de cerca de 20 000 participantes, sobretudo agricultores, durante o período em causa. As ligações entre os setores da produção agrícola e da investigação serão reforçadas por 78 projetos de cooperação.

Competitividade do setor agrícola e da silvicultura sustentável

Os investimentos nas explorações agrícolas em todos os setores pretendem reestruturar 8 000 explorações agrícolas (2,73 % do total), visando, simultaneamente, o ambiente, o clima e o bem-estar dos animais. Um elemento importante é a inovação, facilitada através da cooperação, da informação e da transferência de conhecimentos entre o setor agroalimentar, os investigadores e as outras partes interessadas. Serão criados 78 projetos de cooperação, e deverão receber formação 20 000 participantes no total. A participação na parceria europeia de inovação pode ser igualmente apoiada ao abrigo desta prioridade.

Organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, bem-estar animal e gestão de riscos na agricultura

O apoio aos produtores primários traduzir-se-á na melhoria da sua integração na cadeia agroalimentar, através de sistemas de qualidade (cerca de 8 250 explorações agrícolas), o que acrescentará valor aos produtos agrícolas, promoverá os mercados locais, as cadeias de abastecimento curtas e os agrupamentos de produtores.

Restauração, preservação e melhoria dos ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas

Cerca de 72 % do montante atribuído será utilizado para os pagamentos por superfície aos agricultores que optem por práticas de gestão das terras respeitadoras do ambiente e do clima, incluindo a agricultura biológica. Além disso, o PDR inclui um número limitado de medidas agroambientais e climáticas muito específicas, que dão prioridade às zonas mais vulneráveis (por exemplo, zonas Natura 2000 e zonas de elevado valor natural) e à gestão da água. Esta prioridade apoia igualmente os investimentos em explorações agrícolas respeitadoras do ambiente e do clima e os investimentos não produtivos. Pretende-se que 70 %, aproximadamente, da superfície agrícola sejam abrangidos por contratos de compromissos agroambientais e agricultura biológica.

Eficiência na utilização dos recursos e clima

É dada prioridade aos investimentos, nomeadamente em matéria de eficiência energética, redução das emissões e produção de energias renováveis nas explorações agrícolas, mas também de eficiência na utilização da água e das florestas. Serão igualmente incentivados os esforços a favor do ambiente no domínio da silvicultura, estando previstos mais de 300 projetos de investimento para o desenvolvimento e a melhoria da viabilidade das florestas, e de cerca de 20 000 ha de terras recentemente florestadas.

Inclusão social e desenvolvimento local das zonas rurais

Esta prioridade é concretizada integralmente pela abordagem «da base para o topo», mediante estratégias de desenvolvimento local elaboradas pelos 47 grupos de ação local (GAL) previstos. Os pequenos investimentos no setor da transformação alimentar, em empresas em fase de arranque e em serviços de base apenas serão apoiados no âmbito de estratégias de desenvolvimento local. A tônica é colocada no crescimento e no emprego, para além da melhoria das condições de vida nas zonas rurais, particularmente através do desenvolvimento das empresas, da inovação e da cooperação. Foram reservados para o desenvolvimento local de base comunitária (DLPC/Leader) 5 % do apoio público do PDR. A abordagem deverá cobrir quase 73 % da população rural, criando postos de trabalho – potencialmente mais de 2 300 novos postos de trabalho - e melhorando as condições de vida.

As cinco **maiores medidas do PDR** em termos orçamentais (financiamento público total) são as seguintes:

- 1,5 mil milhões de EUR atribuídos à medida 4 — Investimentos em ativos físicos
- 814 milhões de EUR atribuídos à medida 13 — Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas
- 517 milhões de EUR atribuídos à medida 8 — Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas
- 489 milhões de EUR atribuídos à medida 10 — Agroambiente e clima
- 221 milhões de EUR atribuídos à medida 19 — Apoio ao desenvolvimento local a título do LEADER

Anexo 1: Apoio público indicativo para o Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal — CONTINENTE			
Domínio de intervenção e objetivos	Medida	Dotações públicas	%
P1: Transferência de conhecimentos e inovação nos setores agrícola, florestal e nas zonas rurais (1)			
1A - Inovação, cooperação, conhecimentos 2,64 % Despesas do PDR	01 - Conhecimentos 02 - Serviços de aconselhamento 16 – Cooperação		
1B - Investigação e inovação 78 Operações de cooperação	16 – Cooperação		
C - Aprendizagem ao longo da vida e formação profissional 19 781 Formação de participantes	01 - Conhecimentos		

P2: Aumento da viabilidade e da competitividade de todos os tipos de agricultura, em todas as regiões, promoção de tecnologias agrícolas inovadoras e gestão sustentável das florestas		1 534 818 625	36,78
2A - Desempenho das explorações 2,73 % explorações com apoio do PDR	01 - Conhecimentos	15 031 476	0,36
	02 - Serviços de aconselhamento	3 693 577	0,09
	04 – Investimentos	956 396 089	22,92
	08 – Florestas	92 582 232	2,22
	13 – Zonas sujeitas a condicionantes naturais	244 297 021	5,85
	16 – Cooperação	16 222 991	0,39
2B - Novos agricultores 1,79 % explorações com apoio do PDR para o EF	02 - Serviços de aconselhamento	2 558 620	0,06
	06 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	204 036 619	4,89
P3: Promover a organização da cadeia alimentar, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar dos animais e a gestão de riscos na agricultura		109 802 443	2,64
3A - Competitividade dos produtores 2,97 % de explorações apoiadas	02 - Serviços de aconselhamento	1 331 728	0,03
	04 – Investimentos	6 459 608	0,16
	08 – Florestas	1 078 676	0,03
	09 - Grupos/organizações de produtores	14 910 007	0,36
	16 – Cooperação	12 329 292	0,30
3B - Gestão de riscos 0,28 % de explorações apoiadas	02 - Serviços de aconselhamento	1 331 728	0,03
	05 - Restauração do potencial agrícola	22 587 862	0,54
	17 - Gestão de riscos	49 773 542	1,19
P4: Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas dependentes da agricultura e das florestas		1 093 927 506	26,21
4A - Biodiversidade, elevado valor natural e paisagens 0,90 % terras florestais sob contrato 38,11 % SAU sob contrato	01 - Conhecimentos	2 554 423	0,06
	02 - Serviços de aconselhamento	15 502 829	0,37
	04 – Investimentos	78 255 399	1,88
	08 – Florestas	197 766 824	4,74
	10 – CAE	477 510 099	11,44
	11 - Agricultura biológica	98 571 859	2,36
4B - Gestão da água 9,80 % SAU sob contrato 1,24 % terras florestais sob contrato	12 - NAT 2000 e DQA	49 752 718	1,19
	13 - Zonas sujeitas a condicionantes naturais	162 864 681	3,90
	15 - Silvoambiente	2 829 130	0,07
4C - Gestão dos solos 27,55 % SAU sob contrato 1.24 % terras florestais sob contrato	16 - Cooperação	8 319 544	0,20
P5: Promover a eficiência na utilização dos recursos e apoiar a passagem para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal		916 360 653	21,95
5A - Eficiência na utilização da água 10,24 % SAU irrigada apoiada	01 - Conhecimentos	2 554 423	0,06
	02 - Serviços de aconselhamento	1 331 728	0,03
	04 - Investimentos	363 085 226	8,70
	10 - CAE	5 613 953	0,13
	16 - Cooperação	4 991 726	0,12
5B - Eficiência energética 95 509 061 € investimento	01 - Conhecimentos	2 554 423	0,06
	02 - Serviços de aconselhamento	1 331 728	0,03
	04 - Investimentos	61 593 563	1,48
	08 - Florestas	1 078 676	0,03
	16 - Cooperação	3 327 818	0,08
5C - Energia renovável 53 721 047 € investimento	04 - Investimentos	26 787 123	0,64
	08 - Florestas	539 338	0,01
	16 - Cooperação	2 495 864	0,06
5E - Conservação / fixação do carbono 0,53 % SAU sob contrato	01 - Conhecimentos	1 277 208	0,03
	02 - Serviços de aconselhamento	2 620 010	0,06
	08 - Florestas	223 848 418	5,36
	10 - CAE	6 084 668	0,15
	13 - Zonas sujeitas a condicionantes naturais	203 580 851	4,88

	16 - Cooperação		1 663 909	0,04
P6: Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais			433 483 130	10,39
6B - Desenvolvimento local 72,73 % popul. rural em EDL 0,08 % de popul. rural com serviços/infraestruturas melhorados 2 348 postos de trabalhos criados (Leader)	01 - Conhecimentos		1 572 258	0,04
	07 - Serviços básicos		4 248 961	0,10
	13 - Zonas sujeitas a condicionantes naturais		203 580 851	4,88
	16 - Cooperação		3 327 818	0,08
	19 - LEADER e DLPC		220 753 242	5,29
Soma:			4 088 392 357	
Assistência técnica (M20)			84 441 278	2,02
Medidas descontinuadas (M113)			565 068	0,01
TOTAL DAS DOTAÇÕES PÚBLICAS			4 173 398 703	100,00